



Audiência concorrida

A audiência pública sobre marketing multinível foi uma das mais concorridas na Câmara em 2013, contando com a presença de mais de 300 empreendedores vindos de todo país

| 4



"Comissão estendeu um olhar para o futuro do país"

Presidente Angelo Agnolin

| 2



Propostas relevantes foram aprovadas para beneficiar o pequeno e jovem empreendedor

| 5



Ministro Fernando Pimentel debateu a atual situação da indústria brasileira com parlamentares

| 3



Comissão debateu questões como o mercado de trabalho para as pessoas com deficiência

| 4

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC



Acelino Popó (PRB/BA)



Afonso Florence (PT/BA)



Angelo Agnolin (PDT/TO)



Antonio Balhmann (PROS/CE)



Carlos Brandão (PSDB/MA)



Carlos Roberto (PSDB/SP)



Dimas Fabiano (PP/MG)



Dr. Ubiali (PSB/SP)



Edson Pimenta (PSD/BA)



Fernando Torres (PSD/BA)



Guilherme Campos (PSD/SP)



Jânio Natal (PRP/BA)



João Maia (PR/RN)



José Augusto Maia (PROS/PE)



Júlio Delgado (PSB/MG)



Luis Tibé (PT do B/MG)



Mandetta (DEM/MS)



Marcelo Matos (PDT/RJ)



Marco Tebaldi (PSDB/SC)



Mário Feitoza (PMDB/CE)



Miguel Corrêa (PT/MG)



Odair Cunha (PT/MG)



Osmar Terra (PMDB/RS)



Otávio Leite (PSDB/RJ)



Perpétua Almeida (PC do B/AC)



Renan Filho (PMDB/AL)



Renato Molling (PP/RS)



Renzo Braz (PP/MG)



Roberto Teixeira (PP/PE)



Ronaldo Zulke (PT/RS)



Rosinha da Adefal (PTdoB/AL)



Sueli Vidigal (PDT/ES)



Vinicius Gurgel (PR/AP)



Walter Tosta (PSD/MG)

EDITORIAL



Ao longo de 2013, em conjunto com os parlamentares que tomaram parte desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, foi possível construir uma agenda positiva.

Aprovamos matérias relevantes para o segmento do jovem e pequeno empreendedor como pode ser visto na página 5 desta publicação.

A CDEIC foi também um espaço destinado a debates em que prosperou o diálogo e foram construídos consensos.

Até o final de novembro, realizamos 18 audiências públicas e 8 seminários, recebendo representantes dos mais variados segmentos empresariais, representantes do Governo e da sociedade civil. Na área econômica de Governo, os parlamentares da CDEIC receberam, em trabalho conjunto desta com outras comissões da Casa, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster. Com eles, puderam atenuar suas dúvidas, fazer seus questionamentos e ouvir suas observações. Alguns desses eventos estão registrados na página 3.

Estendemos ainda em 2013 um olhar para o futuro do país, discutindo questões fundamentais de nossa sociedade contemporânea, como o marketing multinível, o mercado de trabalho para pessoas com deficiência, o preço dos medicamentos e o saneamento básico, temas contidos na página 4.

Não se pode deixar de mencionar o excelente trabalho realizado pela Consultoria Legislativa (CONLE) dentro do programa de palestras "A Hora do Debate CDEIC". Nossos consultores, e outros especialistas, apresentaram sempre uma hora antes de iniciarmos nossas reuniões, temas que refletiram a diversidade da economia e da sociedade brasileira. Foram momentos que permitiram aos parlamentares a introdução a novos conhecimentos como nanotecnologia e capital de risco, como pode ser observado na última página.

Vale lembrar que teremos ainda no início de 2014 a primeira versão dos seminários CDEIC, que vão debater perspectivas para a economia brasileira todos os anos.

Ao final desta mensagem, além do agradecimento à CONLE, quero também parabenizar toda equipe técnica da comissão que, em conjunto com a equipe de meu gabinete, foram responsáveis pela realização de todo esse trabalho que nos dá a sensação do dever cumprido.

Deputado Angelo Agnolin
Presidente CDEIC/2013

SECRETÁRIA: ANAMELIA LIMA ROCHA FERNANDES

CORPO TÉCNICO:

ÁLVARO JÚNIOR NEVES RAFAEL
ANDRESSA PARANHOS GUIMARÃES
CARLOS FILIPE RAMALHO GOMES
CECÍLIA MARIA LULI
EDUARDO TRAMARIM
ELISEU MALAQUIAS DE SOUSA FILHO
FLÁVIO SILVA MACEDO
HELIO ANTONIO N. DE QUEIROZ
JORGE JOSÉ ALVES
MARIA APARECIDA SALES RODRIGUES
MARIA DE FÁTIMA DE ARAÚJO DANTAS
MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA DA SILVA
MÍRIAM APARECIDA GOMES
REGINA OLÍMPIA FIGUEIRA DE BESSA
SARA TEIXEIRA SANTOS
SHIRLEY DA SILVA VIEIRA
VANDERLÚCIA BEZERRA DA SILVA

PRÓ-ADOLESCENTES

AMANDA RODRIGUES MARTINS
HELLEN CRISTINA DE FRANCA LIMA

Redação/Edição

Eduardo Tramarim

Diagramação

Israel P. Siqueira

Tiragem 2500 Exemplares

Fotos: Banco de Imagens/Câmara dos Deputados



Câmara dos Deputados

Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33

Telefones: 3216-6601 a 3216-6609 Fax: 3216-6610

E mail: cdeic@camara.leg.br



Curta a nossa página no Facebook.

[facebook.com/cdeiccamara](https://www.facebook.com/cdeiccamara)

GOVERNO

Comissões discutem desempenho da indústria com ministro Fernando Pimentel

Em audiência pública, o ministro do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, discutiu com parlamentares sobre a situação econômica do país, em especial o desempenho da indústria e a participação no PIB.

De acordo com o deputado **Miguel Corrêa** (PT/MG), o ministro destacou que o país está no caminho certo e que nos últimos anos, principalmente nas gestões Lula e Dilma, houve um aumento considerável de pessoas que entraram no mercado e contribuíram para o crescimento do setor.

O parlamentar mineiro destacou ainda que em sua exposição, o ministro Pimentel defendeu a equipe econômica do Governo federal, que possui estratégias de médio e longo prazo bem definidas, focadas na estabilidade da moeda e nos mecanismos de ascensão social e redistribuição de renda.

No mesmo evento, o deputado **Carlos Roberto** (PSDB/SP) questionou o ministro Pimentel sobre a redução da participação da indústria no PIB brasileiro. O deputado foi um dos autores do requerimento que



Ministro do MDIC, Fernando Pimentel

pediu a presença do ministro para responder aos questionamentos na Câmara.

O parlamentar paulista defendeu uma política de governo que incentive os setores produtivos de forma efetiva e cobrou uma atuação mais eficiente do ministro e do BNDES.

Carlos Roberto lamentou ainda a gestão da economia brasileira que coloca a indústria do país em uma situação pouco atrativa em razão da atual carga tributária.

Audiência com Mantega envolveu quatro comissões



Ministro da Fazenda, Guido Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência pública (27/6) na Câmara rebateu críticas à política econômica do Governo e reforçou sua confiança na solidez da economia brasileira. A audiência envolveu quatro comissões da Casa. Pela CDEIC, requereu o deputado **Mandetta** (DEM/MS).

O ministro disse que o primeiro semestre de 2013 foi difícil para a economia internacional e reconheceu o fraco desempenho da economia brasileira em 2012, quando o crescimento do PIB foi de 0,9%. Mas enfatizou que o quadro econômico dava sinais de incremento em 2013, com o setor agropecuário crescendo 9,7%. "No mesmo período, cerca de 20 milhões de empregos foram criados, disse o ministro."

A indústria teve crescimento negativo, por causa da indústria extrativista. Os serviços cresceram 0,5%, e os investimentos aumentaram 4,6%, destacou. O crescimento médio da economia brasileira nos últimos dez anos foi de 3,6%.

Presidente da Petrobras debate o desempenho da empresa com parlamentares

A presidente da Petrobras, Graça Foster, esteve em audiência pública na CDEIC debatendo o desempenho da empresa com os parlamentares. A audiência foi conjunta com as comissões de Minas e Energia, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do Trabalho, Administração e Serviço Público. Autor do requerimento que promoveu o evento, o deputado **Ronaldo Zulke** (PT-RS) destacou o cumprimento da exigência de conteúdo local, que estabelece às empresas públicas metas de aquisição de bens e serviços nacionais. "A Petrobras contribui para o desenvolvimento do país. A política de conteúdo local é fundamental para que isso aconteça." Foster respondeu que o atendimento ao índice de nacionalização está entre os valores mais importantes que pratica. Ao final da reunião, foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, da qual Zulke é vice-presidente.



Graça Foster, presidente da Petrobras

Seminário no Acre debate Área de Livre Comércio

A CDEIC promoveu seminário em que foi debatida a efetivação das Áreas de Livre Comércio nos municípios de Brasília/Epitaciolândia, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, no Acre. A audiência, realizada em Brasília, foi requerida pela deputada **Perpétua Almeida** (PC do B/AC). No evento, realizado em parceria com a Fecomércio e as prefeituras das três cidades do Alto Acre, foram discutidas as vantagens da ALC e a possibilidade de substituí-la pelos "free shops", de acordo com proposta que está em discussão no Congresso. A insatisfação com a possibilidade

de substituição da ALC foi manifestada pelas classes empresarial e política, bem como pelos populares. Os presentes, estimados em 250 pessoas, cobraram a efetivação da Área de Livre Comércio como fator decisivo para o desenvolvimento econômico da região. A ALC de Brasília/Epitaciolândia e Assis Brasil existe no papel há 19 anos sem ser efetivada. A deputada federal, que coordenou o evento, propôs ainda a criação de uma subcomissão especial de fronteira, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento do Acre.

Empresários reivindicam manutenção do REINTEGRA

A manutenção do REINTEGRA, mecanismo que prevê compensação às empresas exportadoras para repor a acumulação de tributos indiretos pagos na cadeia produtiva, é crucial para manter a competitividade das empresas brasileiras no comércio exterior.

A afirmação foi sustentada pelos empresários que compareceram à audiência pública (19/11) promovida pela CDEIC.

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA) consiste no ressarcimento ao exportador do crédito equivalente a 3% da sua receita com vendas externas (em espécie ou crédito para o pagamento de tributos como PIS e Cofins).

De acordo com o deputado Renato Molling (PP/RS), um dos proponentes da audiência pública, as exportações brasileiras vêm perdendo fôlego ao longo dos anos, enquanto as importações avançam. Diante desse cenário, o parlamentar pediu aos representantes ministeriais que torne permanente o REINTEGRA.

O programa do governo federal termina no final de 2013. A representante do Ministério da Fazenda na audiência afirmou que a posição do órgão é contrária à renovação porque o momento do governo federal é de restrição fiscal.



Deputado Federal Renato Molling

Projeto desobriga prestação de informações duplicadas ao Governo federal

Antiga demanda do setor privado, o Projeto de Lei 5622/13, de autoria do deputado Guilherme Campos (PSD/SP), inibe que pessoas jurídicas prestem informações em duplicidade ao Executivo federal.

Pela proposta aprovada na comissão, pessoas jurídicas ficam desobrigadas de atender solicitações de informações trabalhistas, financeiras, contábeis e fiscais, demandadas pelo Governo federal, quando já tiverem fornecido informação idêntica a qualquer órgão integrante desse poder.

De acordo com o parlamentar proponente, a duplicidade de informações aumenta o custo das organizações de forma desnecessária. A medida racionaliza essas demandas, atribuindo ao setor público a responsabilidade de tornar seus processos mais eficientes. Eliminada a ineficiência, o ambiente de negócios poderá ganhar em produtividade.

A determinação não se aplica a processo fiscalizatório individualizado, licitações e convênios.



Deputado Federal Guilherme Campos

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Atenção especial à discussão e regulação do marketing multinível

No sentido de aprofundar o debate parlamentar sobre o marketing multinível, a Comissão aprovou a criação (28/8) e instalou (4/9) uma subcomissão especial destinada a apresentar propostas para a criação de um marco regulatório da atividade no Brasil. O deputado **Marcelo Matos** (PDT-RJ) foi eleito presidente da subcomissão, e o deputado Renato Molling (PP-RS), o relator.

O sistema de vendas diretas, na modalidade do marketing multinível, proporcionou recentemente questionamentos da Justiça, que bloqueou recursos das empresas Telexfree e BBom, suspeitas de atuarem como "pirâmides financeiras". Para o deputado Marcelo Matos, esse sistema se aproveita da ingenuidade de parte da população. A estimativa é de que cerca de um milhão de brasileiros sejam afetados pelo marketing multinível.

No âmbito da comissão também foi promo-

vida audiência pública, requerida pela deputada Perpétua Almeida (PC do B – AC), que naquele momento procurava dar uma solução para os recursos bloqueados pela Justiça. A audiência (21/8), uma das mais concorridas da Câmara em 2013, contou com a presença de mais de 300 empreendedores do marketing multinível vindos de todo o país. De acordo com a parlamentar, é essencial que uma comissão que trata do crescimento e desenvolvimento econômico no país aprofunde um tema pouco conhecido e discutido.

Para aprofundar as discussões com especialistas que estudam o marketing multinível, foi promovido ainda um seminário (6/11) em que se destacou ainda o trabalho do deputado Acelino Popó (PRB-BA), presidente da Frente Parlamentar que defende a atividade e, que recém-egresso à subcomissão, presidiu o evento.



Deputados ouvem representantes do marketing multinível

Proposta redução de tributos para medicamentos e produtos hospitalares

Representantes das indústrias farmacêuticas, de produtos hospitalares e odontológicos participaram de audiência pública, promovida pela CDEIC em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, para discutir a redução de tributos que incidem sobre esses produtos.

De acordo com dados apresentados pelo representante do Sindusfarma de São Paulo, Nelson Mussolini, o Brasil é o país com maior incidência de impostos sobre medicamentos: quase 34% do preço de um remédio é referente a impostos, taxas e contribuições.

No Senado, está em análise Proposta de Emenda à Constituição (PEC115/11) que proíbe a cobrança de impostos sobre medicamentos de uso humano. O diretor da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde, Gilceu Serrato, defendeu alteração na proposta. Ele quer a isenção de impostos também para artigos e equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e de laboratório.

O deputado **Dr. Ubiali** (PSB/SP), autor de requerimento para a realização da audiência, afirmou que a partir das informações recebidas na reunião, pretende apresentar um projeto que permita a redução dos preços dos medicamentos, órteses e próteses.



Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é debatida

Pela Lei de Cotas, o país deveria contar hoje com mais de 900 mil postos ocupados por pessoas com deficiência. No entanto, apenas 325 mil estão trabalhando. Desses, 60% não recebem renda ou ganham no máximo um salário mínimo. Esses números foram apresentados por Maria José de Freitas, que é diretora no Ministério de Desenvolvimento Social, em audiência pública (16/10) realizada pela comissão para debater os 22 anos da Lei de Cotas (8213/91 – art. 93), que instituiu para as empresas a responsabilidade social de promover a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

A deputada Rosinha da Adefal (PT do B/AL) requereu a realização da audiência pública sob o argumento de que há resistência do mercado até hoje em incluir a política de cotas para pessoas com deficiência. De acordo com a deputada, diversas tem sido as propostas para flexibilizar a referida lei nesses 22 anos.

De acordo com a parlamentar, dificulta ainda a empregabilidade da pessoa com deficiência, a discriminação na hora da contratação. Um dos argumentos é de que faltam pessoas com deficiência aptas e qualificadas para o mercado.

Projeto sistematiza normas gerais de segurança para eventos em ambientes fechados

Substitutivo aprovado pelo colegiado da CDEIC, em 20 de novembro, reuniu doze propostas que dispõem sobre a segurança em ambientes fechados, onde são realizados eventos com grande movimentação de pessoas. É o caso de boates, danceterias, casas de espetáculos, igrejas, auditórios e restaurantes. De acordo com o relator, deputado Edson Pimenta (PSD/BA), todas as propostas contribuem para o aperfeiçoamento da legislação relativa à prevenção de acidentes e à proteção dos frequentadores. São iniciativas redigidas sob o clamor da tragédia que ocorreu em janeiro de 2013 na boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS). O acidente provocou a morte de 242 jovens e feriu 116 em razão de incêndio criminoso e péssimas condições de estrutura da casa de espetáculo. Dentre as regulamentações propostas, os estabelecimentos ficam obrigados a acompanhar os fluxos de entrada e saída de pessoas desses locais de eventos, de maneira a não ultrapassar a lotação máxima.



Novo regime tributário para ZPEs

A Comissão aprovou o PL 5957/13, que altera uma série de aspectos da lei que institui as zonas de processamento de exportação (ZPEs). O principal objetivo do texto é permitir a instalação de empresas prestadoras de serviço nessas localidades. Hoje a legislação prevê apenas a presença de indústrias.

Na opinião do relator, deputado **Antonio Balhmann** (Pros-CE), é importante aperfeiçoar a legislação sobre as ZPEs para que possam cumprir seus objetivos. Entre as metas dessas áreas, Balhmann destaca aspectos como a atração de investimentos, a criação de emprego e aumento e a diversificação da pauta de exportações, com itens de maior valor agregado.

Balhmann julgou necessário, apresentar emenda para mudar dois pontos da proposta: a inclusão de materiais de construção entre os itens passíveis de ser contemplados com a suspensão da cobrança de impostos e contribuições federais e a suspensão das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre serviços prestados por empresa estabelecida no País.

Agência para o saneamento básico e fundo para financiamento foram propostos em audiência

Especialistas em saneamento básico de vários estados brasileiros reunidos em audiência pública, realizada em 5 de novembro pela CDEIC em conjunto com a Comissão de Finanças e Tributação, discutiram formas possíveis de avanço em investimentos e vinculação de recursos para o saneamento básico no país.

O serviço de saneamento básico em regiões carentes continua precário, principalmente no abastecimento de água potável e na criação de infraestrutura

de esgoto sanitário. O custo social dessa defasagem se reflete para o país em gastos com saúde e na recuperação do meio ambiente, destacaram os especialistas convidados.

Uma política de "água para todos" ainda está longe de ser realidade no Brasil, apesar de esforços pontuais de estados e municípios. O deputado **Afonso Florence** (PT/BA), um dos proponentes da audiência, afirmou que é preciso retomar o debate de como financiar o saneamento no âmbito federal.

PEQUENO EMPREENDEDOR

Garantia de preferência nas compras de bens e serviços do Governo

Projeto de Lei Complementar (PLP 270/13) aprovado pelo colegiado da comissão garante o tratamento preferencial às pequenas e microempresas nas aquisições de bens e serviços dos três níveis de governo, independente da edição de leis federais, estaduais e municipais.

O Estatuto Nacional da Microempresa e das Empresas de Pequeno Porte, que entrou em vigor em 2006, garantiu o tratamento diferenciado, mas subordinou a medida à edição de leis e atos regulamentares por parte dos entes públicos. Passados sete anos, a preferência não obteve regulamentação em muitas administrações.

Nesse sentido, o relator do projeto, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), entende que é necessário a remoção de qualquer tipo de entrave regulatório que impeçam, por ação ou omissão, que as preferências fixadas na legislação possam ser exercidas na plenitude.



Deputado Federal Júlio Delgado

Projeto abre espaço para que microempresas recebam recursos de investidores

Projeto de lei complementar aprovado pelos parlamentares da comissão (25/9) propõe que microempresas e empresas de pequeno porte superem atuais limites legais, emitam títulos e recebam investimentos sem abrir mão do regime tributário diferenciado do Simples Nacional.

Com isso, os atuais limites legais que impedem que investidores domiciliados no Brasil ou no exterior apliquem recursos financeiros em microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras podem deixar de existir.

Pelo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a microempresa que receber aporte de capital, inclusive de risco, perde o enquadramento no regime tributário do Simples. Pelo projeto aprovado, o regime diferenciado é mantido.

O PLP 249/2013, aprovado por unanimidade, permite a esse setor empresarial atrair capitais por meio da emissão de títulos mobiliários, como em uma Bolsa de Valores.

A capitalização de empresas sem a obrigação de garantias reais foi destacada pelo relator, deputado **Valdivino Oliveira** (PSDB/GO). De acordo com o parlamentar, os bancos levam em conta a garantia e a reciprocidade na abertura de crédito. O mérito do projeto está no crédito que se dá ao negócio, sem a necessidade de recorrer à burocracia bancária.



Deputado Federal João Maia

Endereço residencial pode ser também o do negócio

O microempreendedor individual (MEI) ao utilizar sua residência para o exercício de uma atividade empresarial pode ter substancial economia nos custos operacionais.

No entanto, existem legislações municipais e estaduais que impedem que o endereço do empreendimento coincida com seu endereço residencial, impedindo que ele exerça sua atividade.

O Projeto de Lei Complementar 278/13, aprovado pelo colegiado da comissão e relatado pelo deputado João Maia (PR/RN) estabelece que o empreendedor possa utilizar sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade.

A proposta aumenta o manancial de opções do microempreendedor, ao mesmo tempo em que reconhece a contribuição desse segmento econômico para a geração de emprego e renda no país.

Tecnologia

Deputados visitam unidade modelo da Embrapa



Fachada da Embrapa - São Carlos

São Carlos, cidade do interior de São Paulo, avança como modelo de pesquisa e tecnologia. O ambiente universitário do município paulista é voltado para pesquisas aplicadas e à formação de acadêmicos empreendedores.

É nesse ambiente que a Embrapa inaugurou ali seu Laboratório de Referência Nacional em Agricultura de Precisão (Lanapre). A unidade desenvolve trabalhos de agricultura de precisão, técnica que utiliza conhecimentos integrados das ciências agrárias com a engenharia, informática, computação, geociência, física e matemática.

A Embrapa contou com R\$ 7 milhões em recursos originários de emenda da comissão ao Orçamento da União, para a construção desse centro de referência agrícola.

O presidente da CDEIC, deputado Angelo Agnolin, e o deputado Dr. Ubiali (PSB-SP) compareceram à inauguração da unidade e puderam conhecer no local os trabalhos desenvolvidos pelo laboratório, como o de processamento de imagens.

Economia verde

Incentivo à primeira empresa de jovens empreendedores

O colegiado da CDEIC aprovou por unanimidade, em abril, o Projeto de Lei de autoria do deputado federal Otávio Leite (PSDB/RJ) que cria incentivos para a abertura e funcionamento da "primeira empresa para a economia verde".

O projeto (PL 3674/12) tem por objetivo incentivar os jovens a se tornarem empreendedores e prolongar o tempo de vida das empresas, ao prever facilidades para que o registro das firmas se torne ágil e menos oneroso para o empreendedor.

Pela proposta, a nova empresa só inicia o pagamento dos tributos após 24 meses de recebido o benefício.

De acordo com o autor do projeto, é preciso investir com urgência na nova economia de baixo carbono, que já é percebida como única alternativa possível para gerar prosperidade em um planeta cada vez mais deteriorado por empresas poluentes.



Deputado Federal Otávio Leite

Para o relator, deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC), a matéria é adequada ao discurso ambiental. Para Tebaldi, a aprovação do projeto mostra que o desenvolvimento defendido pela CDEIC não é meramente econômico, mas apresenta um caráter sustentável ante o meio ambiente.



A Hora do debate CDEIC

Novas ideias e propostas para o Brasil

O ciclo de palestras chamado "A Hora do Debate CDEIC" surgiu de uma proposta apresentada pelo presidente da comissão, deputado Angelo Agnolin, ainda no início de sua gestão (2/4). A partir de uma pauta inicial, com o passar do tempo foram se agregando novas propostas apresentadas por outros parlamentares.

Além de estar sempre em busca de esclarecer temas variados, o ciclo de palestras apresentou uma pauta propositiva, envolvendo questões de amplo interesse para empresários, administradores públicos e para a população em geral.

Nas apresentações, realizadas pouco antes das reuniões ordinárias da comissão, consultores legislativos da Câmara e do Senado se revezaram com especialistas sobre o assunto, cada um deles expondo suas ideias e seus estudos de forma didática, o que permitiu aos parlamentares ampliar seu entendimento sobre cada um dos temas discutidos.

Nesses oito meses de debates, foram discutidas propostas variadas: das zonas de processamento de exportação à nanotecnologia. No total, foram quinze os encontros (veja todos os temas discutidos nesta página). Um desses temas, "A importância do capital de risco para a economia" destacamos (ao lado) uma análise do tema especialmente elaborada pela Consultoria Legislativa da Câmara para esta publicação.

Deputado Sarney Filho apresenta PL sobre nanotecnologia



Marco Montenegro fala sobre agência de saneamento

Seminários CDEIC vão colocar a economia brasileira em discussão em 2014

Proposta apresentada pelo presidente da comissão, deputado Angelo Agnolin, de promover todos os anos um amplo seminário analítico para discutir o momento e as tendências da economia brasileira foi aprovado pelo colegiado da CDEIC. Um primeiro seminário será realizado no início do próximo ano.

A importância do capital de risco para a economia

A designação "capital de risco" ou "capital empreendedor" pode ser compreendida como uma forma de investimento empresarial de médio a longo prazo – usualmente de 5 a 10 anos – com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de promissoras empresas de capital fechado, mediante o efetivo envolvimento de um gestor profissional que, logo após a expansão acelerada da empresa, efetua a saída do negócio.

Trata-se de investimentos, muitas vezes direcionados às empresas, com limitado histórico financeiro ou sem ativos, que possam constituir-se como garantia para financiamentos. Ao mesmo tempo, essas empresas, que apresentam elevada expectativa de risco e retorno, apenas podem concretizar seu potencial mediante a injeção de novos recursos e a adoção de uma gestão eficiente. Nesse espaço é onde atua o capital de risco.

Para poderem participar de projetos com essas características, os gestores, agentes muito experientes e extremamente preparados para administrar empresas, captam recursos junto a investidores diversos, selecionam as empresas a serem investidas, participam efetivamente da gestão dessas empresas, tomam decisões estratégicas e influenciam significativamente sua governança corporativa.

Por esse motivo, investimentos com capital de risco, voltados a empresas dos mais variados portes, desde as constituídas basicamente por uma ideia traduzida em um único projeto até as grandes empresas, são tão valorizados e incentivados há décadas no exterior face aos seus efeitos benéficos ao meio empresarial e à economia em geral.

Os investimentos com capital de risco podem ser realizados de maneira formal – no caso do Brasil, sobretudo por meio de Fundos de Investimento em Participações, regulados pela CVM – ou informal, quando efetuados por particulares, denominados "investidores-anjo", que investem seu patrimônio pessoal em um grande número de pequenos negócios promissores.

Destaca-se que a Consultoria Legislativa está atualmente empenhada, no âmbito do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara, em analisar o tema e em apresentar minutas de projetos de lei que retirem os entraves ainda existentes à expansão dessa modalidade de investimentos no país, realizados em montantes muito inferiores aos observados no exterior. - **Consultoria Legislativa**



Presidente Angelo Agnolin e Consultor Marcos Pineschi

TODOS OS DEBATES

| | |
|------------|---|
| 17/04/2013 | A Política de Desenvolvimento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES |
| 24/04/2013 | 13º para Shoppings Centers |
| 08/05/2013 | Transparência Fiscal no Brasil |
| 05/06/2013 | Multa adicional de 10% sobre o FGTS |
| 12/06/2013 | O Papel da Educação no Desenvolvimento/Competitividade do país |
| 19/06/2013 | Zonas de Processamento de Exportação |
| 03/07/2013 | Os Mecanismos Financeiros para alavancar os Investimentos em Infraestrutura no Brasil |
| 10/07/2013 | Propriedade Industrial e Sistema de Inovação |
| 07/08/2013 | Suframa - Zona Franca de Manaus |
| 14/08/2013 | Transferências da União aos Estados e Municípios com base na Lei Kandir |
| 28/08/2013 | Critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios |
| 18/09/2013 | Câmbio e Inflação |
| 02/10/2013 | Capital de Risco |
| 13/11/2013 | Viabilidade de Criação de Agência para Planejar e Coordenar a Estrutura de Saneamento Básico |
| 20/11/2013 | A regulamentação da rotulagem de produtos que fazem uso da nanotecnologia. |